



NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RENAMO DENUNCIA FRAUDE ELEITORAL



Está a decorrer na cidade de Maputo a 8ª sessão da VIII legislatura da Assembleia da República que teve início no dia 18 de Outubro e por ocasião da abertura da sessão, 8 dias depois da realização das eleições autárquicas, a chefe da Bancada Parlamentar da RENAMO Ivone Soares apresentou um discurso à nação no qual faz a radiografia de todos os acontecimentos que ensombraram o processo eleitoral desde o recenseamento, votação e o apuramento intermédio realizado nos distritos com autarquias. Passamos a transcrever na íntegra a intervenção da Deputada: [continua na pág. 3](#)

SILÊNCIO CÚMPLICE DOS OBSERVADORES INTERNACIONAIS

Estamos estarecidos e aguardando a reacção dos observadores internacionais ante a divulgação dos resultados eleitorais das recentes eleições autárquicas.

Os resultados do exercício eleitoral que acaba de terminar entristeceram e envergonharam muitos moçambicanos porque viram a FRELIMO levar ao limite máximo o seu descaramento e nível de desonestidade perante a expressão da vontade da maioria expressa pelo voto nas urnas para escolher seus representantes de cada autarquia. Ficou vergonhosamente demonstrado que a FRELIMO não sabe perder, e que ela tem incontáveis artimanhas para se manter no poder impedindo os demais partidos e a sociedade civil de participar também na edificação deste país que eles destruíram.

Além do sabor a injustiça, amargo e asquerosamente repugnante, existe também a consciência de que o roubo eleitoral não se destinou apenas a arrancar o poder das mãos de quem o recebeu através da vontade soberana do povo, mas também a perpetuação de uma campanha de corrupção que inclui roubos, abusos de poder, condenações sem justa causa, julgamentos sumários, assassinatos, deportações, corpos abandonados, enfim, muitas aberrações deploráveis que a todos nos encherão de vergonha.

Analizando a atitude da observação

internacional no período eleitoral, chegamos a pensar que Moçambique é tido internacionalmente como um país enteado, onde as diversas organizações que vêm para observar do momento de votação até a publicação dos resultados eleitorais não têm coragem de declarar as irregularidades berrantes que são constatadas, deixando os moçambicanos ao “Deus dará”. Está claro que se as Nações Unidas, quiserem a Paz em Moçambique têm que começar a enviar os seus Capacetes Azuis para fiscalizar. Ficar lá sentadinhos em Nova York a discursar pela paz, democracia e prosperidade de Moçambique sem investir em nada para que isso aconteça, cheira a hipocrisia.

Não se deve ficar a espera que os males aconteçam para depois fazer-se pronunciamentos, apelos, e pedidos a favor da paz. As Observações eleitorais precisam de agentes imparciais, para que possam reflectir seriedade, onde os acontecimentos reais são reportados e desencorajados de lado a lado.

O governo moçambicano não pode continuar a usar de violência para subverter a vontade do povo expresso nas urnas. Por mais que esse seja costume da maioria dos países africanos desrespeitar expressão do voto popular, nós moçambicanos devemos ser livres de escolher um caminho diferente, uma Paz com justiça social e respeito pelos resultados eleitorais onde é anunciado o justo vencedor.

Ficha técnica

Director: Jeronimo Malagueta;

Editor: Gilberto Chirindza;

Redacção: Natercia Lopez;

Colaboradores: Chefes regionais de infor-

mação;

Maquetização: Sede Nacional da Renamo

Av. Ahmed Sekou Touré nº 657;

Email: boletimaperdiz@gmail.com

Cells: 829659598, 844034113;

www.renamo.org.

Nº de Registo

07/GABINFO-DEC/2015



Moçambicanas,
Moçambicanos,

Tudo indica que a Frelimo não quer que haja eleições em Moçambique. Quer governar roubando os votos que o povo deu a RENAMO e aos outros partidos da oposição. Que democracia é essa?

As recentes eleições autárquicas tiveram demasiadas irregularidades, pelo que ninguém em sã consciência pode afirmar que foram livres, justas, transparentes ou credíveis. Uma eleição com perda de vidas humanas, com violência policial, com resultados diferentes para a mesma cidade, com roubo de urnas pela polícia jamais será livre, justa, transparente e muito menos credível. Os casos da Matola, Marromeu, Cidade de Tete, Moatize, Alto Molócue, Mocuba, Ribáue, entre outros são os exemplos mais flagrantes da tentativa da Frelimo subverter a vontade popular e soberana de eleger os seus representantes.

A despartidarização do Estado é urgente e deve ser prioritária para os moçambicanos como a RENAMO sempre exigiu. As quintas eleições autárquicas realizadas a 10 de Outubro de 2018 confirmaram, mais uma vez, as frequentes denúncias feitas pela RENAMO sobre a partidarização do Estado moçambicano. A grande farsa eleitoral é prova inequívoca de que o Estado moçambicano está capturado pelo partido Frelimo.

Nestas eleições, durante o pseudo-recenseamento eleitoral da população, houve:

- Recenseamento de eleitores residentes fora das áreas das autarquias, o que é violação da lei eleitoral, com o objectivo de engordar as urnas de voto para favorecer o regime do dia.
 - Produção de cadernos de recenseamento eleitoral, ora com excesso de eleitores, ora com redução, contrariando os dados contidos nos flashes fornecidos aos partidos políticos.
 - Entrega aos concorrentes de flashes corrompidos, desorganizados, com duplicação de dados dos eleitores inscritos, ou com dados incompletos.
- Nestas eleições:

- Os Cabeças de lista da RENAMO, Venâncio Mondlane, e da AJUDEM, Sa-



mora Machel Júnior, ambos concorrendo para a autarquia da Cidade de Maputo foram retirados da corrida eleitoral num expediente para favorecer o candidato da Frelimo.

- O Cabeça de Lista da RENAMO em Quelimane, Manuel de Araújo, sofre perseguição política protagonizada pela Assembleia Municipal da mesma autarquia e pelo Conselho de Ministros com o intuito de sabotar a RENAMO.

- Tentativa de assassinato do Cabeça de lista da RENAMO em Tete, Ricardo Tomás, e detenção pela polícia do seu filho menor durante duas noites.

- O Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, STAE, forma os MMVs do Partido Frelimo separados dos MMVs indicados pela oposição, por exemplo, na Beira.

- Emissão de instruções contraditórias sobre o processo eleitoral propositadamente emitidas pelo STAE para baralhar o processo.

- Instauração de um clima de medo promovido pela polícia e membros da Frelimo por meio de ataques aos membros e simpatizantes dos partidos da oposição.

- Impedimento aos opositores do partido no poder de fazer campanha eleitoral e de apresentar livremente os manifestos eleitorais das suas formações políticas, por exemplo nos Municípios da Província de Gaza, Maputo e Tete.

- Baleamentos de opositores ao regime da Frelimo, por exemplo, Ali Mo-

made Vanhane membro da RENAMO, que foi baleado por um dirigente da Frelimo dentro de uma esquadra em Tete.

- Tiroteios para intimidar a população que em massa aderiu às caravanas da oposição: por exemplo, a polícia coloca barricadas para impedir uma passeata da Renamo em Quelimane, chegando a disparar sem motivo algum, frustrada pelo nível de adesão do povo às marchas deste partido.

- Detenções arbitrárias, por exemplo em Tete, Quelimane, Marromeu, entre outros locais, seguidas de cobranças de avultadas somas de dinheiro para fiança.

- Uso indevido dos recursos do Estado em favorecimento do partido no poder, por exemplo viaturas, funcionários públicos, incluindo o Primeiro Ministro Carlos Agostinho do Rosário, que nalgumas ocasiões dirigia actividades de Campanha eleitoral em Niassa a favor da Frelimo, e noutras convocava reuniões com os funcionários e agentes do Estado que se viam obrigados a participar com medo de perderem emprego, uso do autocarro do Hospital Central de Quelimane para campanha eleitoral da Frelimo.

- Lançamento de granadas de gás lacrimogénio, invasão das delegações da RENAMO e ateamento de fogo na delegação de outro partido político da oposição, em Bilene.

Durante a votação, apuramento e divulgação dos resultados:

- Presença de Força armada nas assembleias de voto

continua na pág 4

“ANÁLISE DEMOCRÁTICA”

Um programa radiofónico que faz análise dos temas políticos e sociais de destaque semanal.

Sintonize e escute a frequência 90.0FM Rádio Terra

Acompanhe em todos os sábados das 11:00 às 12:00 horas

Participe! 821075995 ou 840135011



intimidando eleitores.

- Protecção de eleitores ilegais provenientes de áreas fora das autarquias.
- Baleamento de eleitores e lançamento de granadas de gás lacrimogénio nas assembleias de voto como são os casos de Gurúe, Icidua, Janeiro e Sangarivera na cidade de Quelimane.
- Afectação dos MMVs sem transparência e sem informação do local de afectação atempada o que perturbou gravemente o desempenho destes no processo, incluindo a nomeação de membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) e do SISE.



- Abertura tardia de postos de votação.
- Credenciação de Membros das Mesas de Voto e de Observadores eleitorais condicionada e lenta.
- Roubo e troca de urnas de voto protagonizada por membros da Frelimo e agentes da Polícia controlada pela Frelimo, como por exemplo, em Marromeu, Moatize e Quelimane.
- Enchimento de urnas de voto levada a cabo pelos Presidentes das mesas de votação, por exemplo, nos Municípios de Massinga, Dondo, Maganja da Costa, Ilha de Moçambique, Ribáue, Angoche. Quando alguém ousasse denunciar tais ilícitos eleitorais era imediatamente detido, e a polícia era chamada a facilitar a fraude eleitoral, lançando granadas de gás lacrimogénio contra os eleitores.
- Cortes de energia orquestrados para favorecer a troca de urnas nas assembleias de voto como aconteceu no Gurúe.
- Impedimento de participação

dos Delegados de candidatura da oposição durante a contagem dos votos.

- Recusa dos presidentes das mesas receberem reclamações dos delegados de candidatura da oposição.
- Não distribuição dos editais e actas de apuramento da votação.
- Troca de dados nos editais e actas.
- Divulgação dos resultados eleitorais dentro do prazo legal nos municípios onde os números davam vantagem à Frelimo e morosidade onde a oposição ganhou as eleições.
- Ameaças de morte a jornalistas, padres e activistas da sociedade civil como denunciaram os padres da Rádio

Encontro, em Nampula, a coligação Votar Moçambique e a Amnistia Internacional. Há ainda alguém que possa dizer que as eleições foram livres, transparentes, justas e credíveis? Só os míopes!

Excelências,
Examinando estes factos, fica claro que a Frelimo recorreu à fraude eleitoral para ganhar algumas autarquias. As evidências de fraude eleitoral abrem espaço para suspeição dos resultados de todas as outras autarquias onde a Frelimo diz ter ganho.

No caso das quintas eleições autárquicas do país, as irregularidades foram testemunhadas por vários segmentos da sociedade: delegados de candidatura, observadores nacionais e internacionais e jornalistas, alguns dos quais acabaram sofrendo ameaças de morte.

As eleições autárquicas de 10 de Outubro de 2018 provaram que a Frelimo acabou! A Frelimo está em fase de implosão como demonstrou o caso de Samora Machel Júnior.

Compatriotas,

A esperança de Moçambique e do povo moçambicano é a RENAMO!

A RENAMO é a esperança porque enquanto houver vida, asseguramos que vamos defender os interesses das moçambicanas e dos moçambicanos. Para nós RENAMO, a sessão que hoje inicia reveste-se de especial significado e transcendência para os Moçambicanos. Ela decorre num período intenso de escolhas eleitorais. Em democracia, as eleições são os momentos-chave da participação dos cidadãos.

É através dos actos eleitorais que os cidadãos exercem o poder. Escolhendo os melhores, escolhem-se as melhores políticas para enquadrarem as suas vidas num determinado período de tempo. Votamos, portanto, escolhemos!

A Frelimo sempre roubou os votos da RENAMO para se manter no poder. Mas os moçambicanos de hoje não são os mesmos de 1975. Hoje o povo, incluindo os membros da Frelimo querem se ver livres deste regime com o qual poucos se identificam.

Moçambicanas,

Moçambicanos,

Como vamos defender a democracia?

Há quem defenda que a RENAMO não deva entregar as armas, pois a Frelimo é um partido armado que usa as Forças de Defesa e Segurança para combater qualquer um que se oponha a ela em ideias, programas ou políticas. Diferentemente da Frelimo, a RENAMO não precisa de armas de fogo para ganhar eleições.

O carinho que o povo mostra pela RENAMO e a votação na RENAMO são indicadores de que o povo quer mudanças, o povo quer a RENAMO no poder a nível nacional.

A RENAMO não vai permitir que os problemas havidos nestas últimas eleições autárquicas passem sem a devida solução. Nós ganhamos e por isso queremos governar! A soberania reside no povo e não pode haver maior nem melhor juiz do que o povo. A vontade do povo deve ser respeitada.

A RENAMO VAI GOVERNAR!

Compatriotas,

Povo moçambicano, estamos em pleno processo de reconciliação nacional.

O processo de reintegração, integração e desmobilização dos militares da RENAMO deve ser conduzido garantindo clareza dos passos a dar, seriedade dos intervenientes, responsabilidade dos facilitadores internacionais para

continuação da pág 4 que não haja manobras para enganar mais uma vez a RENAMO. É nosso entendimento que todos os países envolvidos no grupo de contacto são igualmente responsáveis por ajudar para o sucesso do processo da reintegração, integração e desmobilização dos militares da RENAMO.

A Suíça preside o grupo, mas isso não retira a responsabilidade dos outros países envolvidos.

Este processo deve fazer parte de um esforço mais vasto de reconciliação nacional, de despartidarização do Estado, de tolerância política não somente para com os membros e simpatizantes da RENAMO, mas para com todos os cidadãos moçambicanos que, afinal, são todos iguais perante a lei.

O processo de reconciliação nacional nunca será completo sem a despartidarização do Estado, sem a proibição explícita de actividades partidárias dentro de instituições públicas, sem adopção do modelo de concurso público para todos os altos cargos do Estado, sem a

garantia de independência das universidades públicas que devem ser elas mesmas a elegerem os seus reitores, sem a independência da Procuradoria Geral da República!

É importante seguir a recomendação do último relatório do Mecanismo Africano de Revisão de Pares-MARP, de 2010, segundo a qual o Procurador Geral da República-PGR deve ser indicado pelo Parlamento, com o perfil de personalidade independente, para melhor exercer os seus poderes sem medo de prender os autores de fraudes económicas como as da Ematum, MAM e Proindicus, que colocaram Moçambique na bancarrota.

No âmbito da Justiça, é imperativo acabar com a impunidade e reforçar o combate à criminalidade.

Os esquadrões de morte não podem cair no esquecimento. A impunidade tem de ter fim, porque ela é um incentivo à reincidência.

Aparentemente, as acções criminosas dos esquadrões da

morte pararam, mas para a RENAMO esse é um assunto pendente, que deve ser esclarecido.

O povo moçambicano e as famílias das pessoas assassinadas ou desaparecidas como, por exemplo, o antigo Deputado e Membro do Conselho de Estado Manuel Lole, José Manuel Membro do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, o Político Jeremias Pondeca, Membro do Conselho de Estado, o então Edil de Nampula, Mahamudo Amurane e tantos outros. A sociedade e as famílias das vítimas de sequestro e baleamento como os casos do Dr José Macuane e do jornalista Ericino de Salema exigem esclarecimento desses casos e responsabilização dos seus autores.

As famílias do desaparecido empresário português Américo Sebastião e do assassinado constitucionalista Gilles Cistac também exigem esclarecimento desses casos. A sociedade quer responsabilização dos autores desses crimes hediondos. O Professor Cistac foi barbaramente assassinado por ter

defendido a ideia de que era possível o povo eleger os seus governadores.

A RENAMO vai continuar a lutar contra a impunidade daqueles que, à sombra do regime da Frelimo, perpetraram ataques, sejam eles físicos ou morais.

Compatriotas,

A Frelimo está a tentar fazer de Moçambique uma ilha isolada no contexto do continente.

Os nossos vizinhos estão empenhados em lutar contra a corrupção e a moralizar a política para garantir a reconciliação nacional, democracia e estabilidade política. Angola, Zimbabwe e Tanzania são exemplos de países onde os seus Presidentes elegeram o combate à corrupção como prioridade número um da sua governação, não com discursos mas com acções concretas visíveis dentro e fora dos seus países.

Enquanto isso, o regime que governa Moçambique, mantido no poder por força de viciação de eleições e de outras práticas antidemocráticas, ignora o que se faz à nossa volta.



Na África do Sul estão em curso audições para esclarecerem os contornos da captura do Estado por parte dum grupo empresarial, uma situação que o povo moçambicano sabe que se vive também entre nós.

No nosso país faz-se de conta que não há captura do Estado. Em Angola está em curso um processo histórico de combate à grande corrupção, visando recuperar todo o dinheiro público roubado por diversos funcionários do Estado, antigos dirigentes e seus parentes. Em Moçambique, faz-se de conta que os políticos-empresários que por cá prosperam não se aproveitaram do saque feito por via das privatizações das antigas empresas estatais, da delapidação do ex-BCM e do Banco Austral, ou de diversos projectos de ajuda externa, ou da Ematum, MAM e Proindicus.

continua na pág 5

Até quando o povo moçambicano continuará refém dos interesses dos grupos mafiosos que dirigem o Estado desde 1975? Nós RENAMO temos a resposta para dar: a impunidade que se vive em Moçambique vai terminar no próximo ano, quando o partido do herói e abnegado filho do régulo Mangunde, Afonso Macacho Marceta Dhlakama, tomar o poder. E a partir desse dia, Moçambique vai mudar! O povo votará para ter uma vida melhor.

Povo moçambicano, acreditem, vamos governar Moçambique! E vamos devolver o poder ao povo.

Excelências, Compatriotas, Para terminar, saúdo o povo moçambicano, reiterando que juntos venceremos a miséria, as injustiças sociais e o terrorismo de Estado que se vivem no nosso país. Por isso, devemos continuar a lutar para a despartidarização do Estado moçambicano.

Saúdo a mulher moçambicana, pilar das famílias moçambicanas, garantes da comunidade, inspiradoras da nossa sociedade.

Saúdo as crianças e o jovem

moçambicano, alegria da família, a razão da nossa luta, a esperança da Nação.

Saúdo a família moçambicana, onde principia a consciência humana e social.

Saúdo os amigos de Moçambique e a todos os estrangeiros residentes em Moçambique, os funcionários das embaixadas, os embaixadores, e a todos aqueles que desenvolvem projectos de apoio ao desenvolvimento de Moçambique.

Saúdo os políticos de boa vontade, os dirigentes e membros da administração pública do Estado, os funcionários do Secretariado Geral deste Parlamento, bem como a Vossas Excelências, deputadas e deputados, membros das comissões especializadas, membros da Comissão Permanente, meus pares, em particular a Vossa Excelência Presidente da Assembleia da República de Moçambique.

Compatriotas, Saúdo igualmente os estudantes, a quem apelo que estudem bem a ciência e a técnica, para melhorarem a sua vida, a vida das suas famílias e da sociedade.

Em particular, saúdo as Professoras e os Professores

responsáveis pela formação dos que trabalham nos vários sectores de actividade, público e privados. Saúdo a esses professores que continuam a ser recordados em época de campanha eleitoral, sendo prometidos mundos e fundos que depois do voto ninguém vê.

Saúdo os Resistentes, combatentes pela Democracia, nossos heróis vivos, que garantem ao povo moçambicano o sucesso da luta de séculos contra as forças da tirania. Coragem, combatentes pela Democracia, estamos aqui para garantir que sejam devidamente reintegrados e reinseridos na sociedade, com a dignidade que merecem.

Neste ano passamos o primeiro 4 de Outubro, dia de aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz após o desaparecimento físico de um dos seus signatários, Presidente Afonso Dhlakama, ocorrido a 3 de Maio, vítima de doença. A vida e obra do Presidente Dhlakama foi inteiramente dedicada aos interesses do povo moçambicano. Esses foram os únicos interesses que procurou servir, tendo abdicado do bem-estar pessoal, do calor familiar, incluindo os cuidados mais elementares de saúde,

para poder defender de perto o bem-estar do seu povo. Dhlakama viverá para sempre! Nós, seus continuadores, estamos aqui para o imortalizar, realizando os seus sonhos para Moçambique.

Saúdo a memória inesquecível do nosso Primeiro Comandante Chefe, André Matadi Matsangaíssa, que tombou em combate a 17 de Outubro de 1979, exactamente há 39 anos, na Serra da Gorongosa. André Matadi Matsangaíssa simboliza a longa resistência do povo africano contra a opressão, a escravatura, a tirania, a miséria.

Obrigada heróis do povo moçambicano!

Saúdo a todos os seguidores dos nossos heróis, ao Coordenador da Comissão Política Nacional, a todos os dirigentes e membros do nosso partido RENAMO residentes dentro e fora de Moçambique.

Moçambicanas,
Moçambicanos,
A RENAMO NÃO MORRE.
ACREDITEM, JUNTOS
FAREMOS HISTÓRIA,
JUNTOS VAMOS GOVERNAR
MOÇAMBIQUE.

NA PLENÁRIA DA CNE

Oposição rejeita validade de resultados eleitorais

Passa já uma semana depois da divulgação pela CNE- Comissão Nacional de Eleições dos resultados das eleições de 10 de Outubro nas 53 autarquias do país. A aprovação dos resultados por este órgão de Gestão Eleitoral não foi pacífica dada a contestação dos mesmos pelos partidos de oposição e pela generalidade da sociedade moçambicana que viu negado seu direito de eleger livremente seus representantes autárquicos. Tendo sido um processo prenhe de irre-

gularidades e manobras perpetradas pelo regime que governa o país, que mais uma vez valeu-se da sua influência no seio das Forças de Defesa e Segurança e dos seus satélites nos órgãos de Gestão Eleitoral, CNE-STAE para alterar os resultados das eleições.

Foi num ambiente de críspação que a Comissão Nacional de Eleições por sinal dominada por uma ramificação pró-regime do dia mais uma vez furtou-se das suas responsabilidades para favorecer o

Partido Frelimo com recurso ao voto da maioria, como bem denuncia a declaração de voto vencido lavrada e assinada por membros que se opõem a estes resultados naquele órgão, que passamos a transcrever:

DECLARAÇÃO DO VOTO VENCIDO

Meque Braz Decambane, Latino Barros Ligonha, Fernando António Mazanga, Celestino Xavier, Salomão Moyana e Apolinário João, todos

continua na pág 7



continuação da pág 6

membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE), discordando da deliberação deste órgão que aprova os resultados eleitorais de cinco autarquias que registaram irregularidades graves susceptíveis de influir nos resultados finais, o que o fazem nos seguintes termos:

1. Através do Despacho nr. 27/CNE/GP/2018, de 15 de Outubro, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições ordenou às Comissões Provinciais de Eleições de Nam-pula, Zambézia, Tete, Sofala e Maputo a “apresentação de um esclarecimento sucinto dos factos ocorridos antes e/ou durante o processo de apuramento parcial ou intermédio, nas autarquias de Monapo, Alto Molócuè, Moatize, Marromeu e Matola”.

2. Tal despacho resultou do facto de a Mesa da CNE ter tomado conhecimento de que o processo de apuramento parcial naqueles cinco municípios tinha decorrido em circunstâncias tumultuosas, com agentes da PRM a invadir as Assembleias de Voto, levando consigo urnas contendo votos ainda não contabilizados e editais, os quais, nalguns casos, reapareceram no dia seguinte e, curiosamente, foram considerados para os fins de apuramento parcial.

3. As respostas das Comissões Provinciais de Eleições (CPE) solicitadas pelo Despacho acima citado vieram acompanhadas pelos despachos dos tribunais judiciais distritais das autarquias em causa, em resposta aos recursos interpostos pelos mandatários dos partidos que se sentiram lesados pelos tumultos da noite de apuramento parcial.

4. Tais despachos judiciais, embora não tenham dado provimento aos recursos por meras questões formais, reconhecem, em geral, ter havido irregularidades no decurso do apuramento parcial susceptíveis de influir no resultado final.

5. Da apreciação das respostas das CPE acima indicadas, conjugadas com os despachos judiciais aludidos, resulta que uma parte dos vogais da CNE entende que, encontrando-se os casos em contencioso eleitoral, a CNE não deve fazer mais nada, senão aguardar pelo desfecho.

6. Os subscritores desta Declaração de voto vencido entendem, ao abrigo do nr.2 do artigo 8 da Lei nr. 6/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nr.30/2014, de 26 de Setembro que a CNE, em matéria de administração eleitoral, tem o poder de “realizar directamente ou através dos seus órgãos de apoio as diligências investigativas que se mostrem necessárias ao esclarecimento dos factos”. Ademais, segundo o Acórdão nr.4/CC/2014, de 22 de Janeiro, a CNE é um “autêntico órgão de administração eleitoral activa, com amplos poderes legais de intervenção em todas as fases e actos do processo eleitoral, com vista a garantir que os mesmos decorram em condições de liberdade, justiça e transparência. Isto significa que a CNE pode e deve, ex officio, proceder à fiscalização da regularidade de quaisquer actos, quer do recenseamento eleitoral, adoptar, pontualmente, as diligências que julgar mais adequadas à reposição da legalidade eleitoral, sempre e quando esta se mostre violada, por órgãos subalternos de administração eleitoral, seja por quaisquer outros actores dos processos

eleitorais”.

7. Assim, no entender dos subscritores da presente Declaração de voto, e seguindo a jurisprudência do CC, as providências a cargo dos tribunais “não apenas não colidem com o poder inquisitório da CNE como não a dispensam de agir no sentido de realizar a sua própria investigação ou inquérito para, entre outras finalidades, apurar a existência de infracções que acarretem responsabilidade disciplinar dos seus agentes”.

8. Deste modo, os subscritores desta Declaração de voto, entendem que interpretar o papel da CNE como “mero espectador” do festival de irregularidades e violação à legalidade eleitoral, que se verificou nas cinco autarquias, equivale a uma tentativa clara de branqueamento das ilegalidades e um claro esforço de colocar no poder dirigentes e organizações que não foram eleitos pelo povo, o que subverte não só a lei eleitoral e a Constituição da República, como o nobre princípio de justiça social.

Maputo, 24 de Outubro de 2018

Subscrevem a Declaração:

Meque Braz Decambane

Latino Barros Ligonha

Fernando António Mazanga

Celestino D. Xavier

Salomão Azael Moyana

Apolinário João